

Sem quorum, votação adiada

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo Presidente da Câmara e lideranças do Governo no sentido de promover uma bateria de votações consideradas polêmicas, os deputados começaram a deixar Brasília ontem mesmo. Assim, não houve na Câmara, ontem, o quorum necessário para a votação de requerimentos de urgência para o pacote fiscal e outras propostas, ficando praticamente toda a votação adiada para o início da próxima semana.

Apenas um requerimento de urgência obteve aprovação ontem, por votação simbólica das lideranças partidárias. Foi para o projeto de lei que prevê alterações na legislação eleitoral, principalmente no que diz respeito aos prazos para filiação partidária. Após sua aprovação, ficou evidente que os partidos que compõem a Aliança Democrática somente conseguirão a aprovação dos demais projetos caso consigam entrar em entendimento com os demais partidos ou colocar efetivamente todos os seus deputados em plenário, completando, assim, o quorum necessário.

URGÊNCIA

O segundo pedido de urgência a ser votado foi o relativo às empresas estatais, que faz parte do pacote enviado ao Congresso pelo Governo que pretende promover alterações na legislação tributária. A exceção do PMDB e PFL, todos os outros partidos foram contra a aprovação da urgência alegando não terem tido tempo suficiente para tomar conhecimento da matéria. O pacote somente chegou ao Congresso no final da tarde de quinta-feira e, até a manhã de ontem, a maioria dos deputados ainda não havia tomado conhecimento do seu conteúdo.

Em seguida, Ulysses co-

locou em votação o requerimento de urgência para o projeto governamental que altera a legislação tributária federal que, igualmente, obteve forte reação contrária da maioria dos partidos. Sob os aplausos das galerias lotadas, o deputado Adail Vetorazzo mais uma vez retornou à tribuna para negar a urgência ao projeto que "vai massacrar mais uma vez o povo brasileiro".

DESCONHECIMENTO

O vice-líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), que vem comandando cerca de 30 deputados empenhados em obstruir a votação, ponderou que a Câmara não poderia votar um projeto que desconhece. "A Nova República está traindo os seus ideais quando nos impinge isto, não em 45 dias.

Após sucessivos discursos (Alberto Goldman, Adail Vetorazzo e Haroldo Lima) de protestos veementes contra a urgência para as votações dos projetos que compõem o pacote fiscal, o deputado Genebaldo Correia (PMDB/BA), foi a voz solitária que fez a sua defesa. Ele condenou os presentes às galerias por estarem aplaudindo deputados malufistas como Adail Vetorazzo e Amaral Netto e ponderou que as modificações propostas pelo Governo têm urgência em ser votadas para que não se adie para 1987 "os benefícios que os projetos asseguram".

Quando, finalmente, decidiu-se votar a matéria, todos os partidos, à exceção do PMDB e PFL, pediram verificação de quorum. Havia em plenário apenas 168 deputados, número insuficiente para se proceder à votação. Diante disso, uma nova sessão foi convocada para segunda-feira, às 9h30min, quando se dará seguimento às discussões e votações.